

Algumas famílias deslocadas de Chã das Caldeiras, alojadas em casas arrendadas nos bairros da cidade, equacionam deixar os espaços e regressar a localidade por falta de pagamento das rendas aos proprietários dos imóveis. Ao todo estão alojadas em casas arrendadas uma média de 15 famílias de Chã das Caldeiras que não possuíam casas nem em Monte Grande e nem em Achada Furna e segundo um chefe de uma família deslocada de Chã das Caldeiras e residente no bairro de III Congresso, no seu caso a renda em atraso é de 10 meses e quase que diariamente o proprietário tem reclamado do atraso e solicita a devolução da casa. Mário Barbosa, presidente local do conselho da Cruz Vermelha de Cabo Verde, disse à Inforpress que o pagamento da renda é da competência do governo, através do Gabinete de Reconstrução do Fogo, observando que a nível de São Filipe o pagamento das rendas está atrasado, mas que há disponibilidade financeira para a sua liquidação. Segundo o mesmo, nos bairros de São Filipe estão alojadas entre 15 a 16 famílias de Chã das Caldeiras e todas estão na mesma situação. Explicou que o pagamento da renda só não aconteceu porque na altura da disponibilidade financeira, um dos vogais do conselho directivo do Gabinete de Reconstrução do Fogo (GRF), residente na ilha, teve de viajar de emergência por questões de saúde. Prometeu, entretanto, resolver a situação a partir do próximo mês de Novembro. As famílias de Chã das Caldeiras alojadas em São Filipe indicam que em relação a água e energia não tem havido problemas na liquidação das facturas. Além das famílias que estão alojadas em São Filipe e cuja renda acumulada é de 10 meses, nos Mosteiros, a maior parte de famílias que optou por aquele município está em casas arrendadas, num total de 42 famílias, sendo 35 agregadas e sete jovens solteiros que ocupam um apartamento. Neste município, o gasto mensal com a renda é de 341.500 escudos, já que o valor oscila entre os seis mil e 12 mil escudos, mais 147 mil escudos correspondente a um subsídio de 3.500 escudos atribuídos a cada família para as despesas de energia e água. No município de Santa Catarina do Fogo, o vereador Sebastião Alves disse que as famílias que foram alojadas directamente pela câmara não têm enfrentado constrangimentos de maior e que oito famílias têm a situação em dia no que diz respeito ao pagamento de rendas e que há três ou quatro famílias cuja situação está em fase de resolução. Mensalmente, a edilidade gasta uma media de 60 contos com pagamento de rendas, contando com apoio do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) e da Direcção-Geral da Juventude. O autarca disse que tem conhecimento de que em relação às famílias que foram alojadas pelas outras instituições há renda em atraso, sem contudo especificar o número de casos. O município dos Mosteiros celebrou em meados de Abril um protocolo com Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) no valor 5.862 contos, valor correspondente às despesas referentes ao ano de 2015 (Janeiro a Dezembro), dos quais 70 por cento (%) foi desbloqueado com assinatura. Partilhe